

II CONGRESSO INTERNACIONAL DE DIREITO PÚBLICO:

justiça e efetivação dos direitos humanos.

11 a 13 de Outubro de 2017 – Coimbra/Portugal

PROPOSTA DE SIMPÓSIO

Instituição:

FACULDADE DE DIREITO DA UNIVERSIDADE DE COIMBRA - FDUC

Coordenadores:

Jónatas Eduardo Mendes Machado	Paula Veiga
Licenciado pela Faculdade de Direito de Coimbra Mestre em Ciências Jurídico-Políticas na Faculdade de Direito da Universidade de Coimbra. Doutor em Ciências Jurídico-Políticas pela Faculdade de Direito de Coimbra. Professor Associado da Faculdade de Direito da Universidade de Coimbra. Director Executivo do Centro de Direitos Humanos da Faculdade de Direito da Universidade de Coimbra. Conciliador do Órgão de Conciliação da Organização para a Segurança e Cooperação Europeia (OSCE). Membro do European Consortium on Church and State Research. Autor de vários livros e artigos.	Licenciada pela Faculdade de Direito de Coimbra Mestre em Ciências Jurídico-Políticas na Faculdade de Direito da Universidade de Coimbra. Doutora em Ciências Jurídico-Políticas pela Faculdade de Direito de Coimbra Professora Auxiliar da Faculdade de Direito da Universidade de Coimbra. Membro da Direcção do Centro de Direitos Humanos da Faculdade de Direito da Universidade de Coimbra. Autora de livros e artigos.

Linha temática do Grupo de Trabalho – GT:

SISTEMA POLÍTICO, DIREITOS HUMANOS E COMBATE À CORRUPÇÃO

Linha(s) de discussão:

1 – O princípio anticorrupção e as suas implicações institucionais e normativas: análise das condições políticas, jurídicas, económicas e culturais que capacitam os diferentes sistemas políticos e formas de governo para uma mais conseguida promoção e protecção dos direitos humanos, e para o combate às diferentes manifestações convencionais e inconvencionais, legais e ilegais, ostensivas e subtis, de corrupção.

2 – O papel da sociedade civil e das faculdades de direito na promoção dos direitos humanos e na luta contra a corrupção: reflexão sobre o modo como as diferentes organizações da sociedade civil, nos planos associativo, educacional e cultural, podem ser mobilizadas na luta contra a corrupção e na promoção dos direitos sociais, com especial atenção para o modo como o ensino do direito público e privado pode ser reconceptualizado e redimensionado para ser um instrumento mais eficaz nesse sentido.